

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 22 de março de 2002

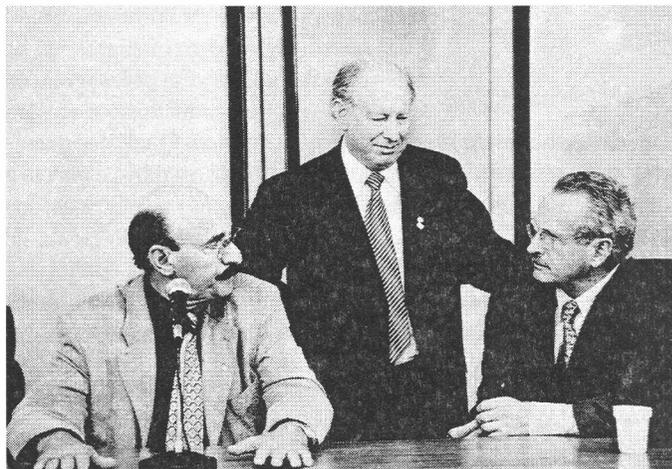
Ano 4 Nº 89

Instalada a CPI do Roubo de Cargas e de Veículos

Com a presença do presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), e do assessor da Federação dos Transportadores de Cargas de Santa Catarina, Pedro Lopes, foi instalada nessa terça-feira (19) a CPI do Roubo de Cargas e de Veículos. A comissão é composta pelos deputados Manoel Mota (PMDB), presidente, Reno Caramori (PPB), relator, Jaime Mantelli (PDT), Milton Sander (PPB), Julio Garcia (PFL), Romildo Titon (PMDB) e Jaime Duarte (PPS). A primeira reunião ocorre na próxima terça-feira (26), às 17 horas.

Mota quer uma comissão técnica de acompanhamento, formada por representantes dos três poderes, para tornar o trabalho mais eficiente. "Vamos solicitar um advogado e o apoio de entidades como o Ministério Público, as polícias Civil e Militar e Federal, a OAB, e a Federação dos Transportadores de Cargas de SC".

Já Mantelli sugeriu a abertura de um canal de participação da população, um disque-denúncia que vai garantir o anonimato das pessoas que apresentem informações importantes para a comissão. O mecanismo foi utilizado na CPI do Narcotráfico e teve boa aceitação popular.



Deputados Mota, Mantelli e Onofre

Encontro com senador Tuma - O deputado Mota viajou esta semana a Brasília e juntamente com o senador Casildo Maldaner (PMDB/SC) mantiveram audiência com o senador Romeu Tuma (PFL/SP), presidente da CPI Nacional do Roubo de Cargas.

Além de levar a expectativa dos membros da CPI de SC, o deputado conseguiu toda a documentação referente a este tipo de crime no Estado, que serão apresentados na próxima reunião da comissão, dia 26.

Debate sobre coligações mostra necessidade de reforma política

Os participantes do primeiro debate ao vivo, transmitido na noite de quarta-feira (20) pela TV AL no *Troca de Opinião*, que colocou em discussão a chamada verticalização das coligações, foram unânimes em apontar a necessidade do Congresso Nacional implementar a reforma política no próximo ano.

As conseqüências da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), emitida em 25 de fevereiro, proibindo coligações no âmbito estadual divergentes das fechadas para o pleito nacional, reuniu no plenário parlamentares e estudiosos do tema, instigando a participação do telespectador, sob a mediação da jornalista Maria Helena Torres. Discutiram os efeitos da resolução 055 e sua constitucionalidade, os professores Eduardo Guerini, cientista político, e Rogério Duarte da Silva, especialista em Di-

reito Constitucional, os líderes do PFL, Julio Garcia, do PMDB, João Henrique Blasi, do PDT, Jaime Mantelli, do PT, Afrânio Boppré e do PSDB, Jorginho Mello. Na abertura a TVAL levou ao ar uma enquête realizada pela equipe de reportagem nas ruas de Florianópolis. Dos oito entrevistados, somente um sabia o que significava verticalização. "A agenda política dos partidos se constrói na eleição, o que mostra uma democratização volátil. Não garante a sustentação e a representatividade dos políticos", salientou Guerini.

Ingerência

A fragilidade dos partidos e os interesses fisiológicos permitem uma contínua ingerência do Poder Judiciário numa seara de responsabilidade do Legislativo. "A decisão é inconstitucional, altera as regras no meio do jogo eleitoral. Foi uma manobra política comandada pelo minis-

tro Nelson Jobin", disparou Duarte. O argumento da inconstitucionalidade foi rebatido com veemência por Mantelli, de cuja legenda partiu a consulta ao Tribunal. "Não podemos confundir a liberdade dos partidos, prevista na Constituição, com a libertinagem que existe hoje nas alianças. A resolução 55 dá coerência ao sistema eleitoral". Garcia considerou prematura qualquer interpretação sobre a legalidade da decisão, já que sequer há convergência entre os ministros das cortes superiores. "Traz prejuízos para o pleito agora, mas mostra a necessidade de que a reforma política entre na agenda do Congresso Nacional em 2003". Blasi foi categórico em considerar inconstitucional a medida, enquanto Boppré frisou que a regra é essencial para ampliar o debate e fortalecer os partidos. O debate será reapresentado em diversos horários durante o final de semana.

OPINIÃO

Elaboração de projeto para Polícia Civil



Preocupado com a situação de intranquilidade, apreensão e desmotivação da classe policial, estou solicitando ao governador Esperidião Amin o “imediato” envio de projeto de lei oficializando o salário dos delegados de polícia e a implantação da escala vertical para o grupo da Polícia Civil.

Há quatro anos, aproximadamente, os delegados de polícia vêm percebendo os salários atuais, determinados por sentença pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Qualquer alteração no quadro cria sérios transtornos, reduz o salário e obriga a devolução da diferença das importâncias pagas por sentença judicial. Além disso tem provocado transtornos na escala de salários do Estado, prejudicando as demais carreiras policiais.

A permanecer esta situação, os delegados de polícia que ingressarem na carreira através de Concurso Público terão salários diferenciados dos atuais, criando uma situação que distorcerá a carreira de delegado de polícia.

Saliento que as medidas provocadas pelo projeto de lei solicitado não causarão despesas para o Estado, pois já estão incluídas no Orçamento e apenas vem regularizar e tornar oficial a conjuntura já existente, além de ser assunto já acertado entre o Governador Amin e eu.

Com relação à escala vertical, esta é uma antiga aspiração do grupo Policial Civil – proposta através de minuta de projeto de lei encaminhado por mim ao Executivo – e visa, acima de tudo, a incorporação das vantagens e gratificações aos vencimentos. Permitirá que a Polícia Civil possa usufruir suas férias, licenças e ter uma aposentadoria condigna sem prejuízo de seus vencimentos da ativa e, além de tranquilizar o policial na sua missão, trará também segurança à sua família.

A morosidade na remessa desse projeto para esta Casa, em virtude da aproximação das eleições deste ano e, conseqüentemente, as dificuldades de tramitação dos mesmos, vem provocando intranquilidade e desmotivação da classe Policial Civil de Santa Catarina.

Deputado Heitor Sché (PFL)
heitor@alesc.sc.gov.br

Rósea Floripa



As paineiras floridas vestiram de rosa Floripa para o seu aniversário.

A nossa Floripa, de tantas cores, do vermelho Flamboyant, do amarelo Guarapuvu, fica linda com o rosa Paineira!

Aliás, este clima róseo é a vestimenta adequada para uma cidade que faz 267 anos no mês de março, o mais feminino dos meses.

Floripa é uma cidade-mulher, uma má-gica ilha de “beleza sem par” que se estreita continente adentro.

As bruxas, “que las hay, las hay”, rondam a nossa cidade, com seus mistérios e criam “causos” que se repetem.

A nossa cidade-mulher acolhe em seus braços gente de todos os cantos, de todos os tipos, de todas as etnias, de todos os credos. Todos!

Floripa do rosa Paineira deste março não esconde, no entan-

to, as diferenças que aqui se expõem, gritantes, entre as pessoas todas, que aqui vivem, que aqui chegam.

Floripa acolhe, cidade-mãe, mas como a maioria das mães brasileiras está impotente para atender aos reclamos de todos os seus filhos para poder ser justa e boa.

Floripa-mulher não maquia nem esconde em seu róseo vestido de março, que é um pedaço deste Brasil tão injusto, resultado de políticas e de políticos que tão pouca importância dão ao bem-estar do seu povo.

Mas, como as flores da paineira que graciosa e gratuitamente enfeitam esta cidade para seu aniversário, temos que nos empenhar individual e coletivamente para que a vida de cada um possa ser efetivamente rosa.

Este empenho e compromisso é o melhor presente que poderemos dar neste 23 de março à nossa cidade, que como toda mulher, se sente valorizada quando seus filhos estão bem.

Deputada Ideli Salvatti (PT)
ideli@alesc.sc.gov.br

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
 1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)
 1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)
 2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
 3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
 4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
 imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretor em exercício: Samir Machado
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Rubens Vargas
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira, Alberto Neves e Carlos Kilian

Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Timbó expõe trabalhos na Assembléia

Classificado pela ONU como décimo melhor município do Brasil em qualidade de vida e pelo IBGE como o segundo do Estado com menor índice de analfabetos

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Com o título de *Pérola do Vale*, o município de Timbó participou nessa terça-feira (19), na Galeria de Artes da Assembléia, do *Projeto Retratos de Santa Catarina*, onde mostrou suas riquezas históricas, culturais e econômicas.

Fundada e colonizada por alemães em 1869, a cidade atraiu também italianos. A partir da emancipação política em 1934, sua população direcionou o crescimento embasado no setor primário. Atualmente, devido à vocação para a indústria, o município abriga um dos grandes centros industriais do Estado. É vigésimo em arrecadação de tributos. Possui 456 indústrias nos setores têxtil, metal-mecânico, eletro-eletrônico e moveleiro, dentre outros.

O complexo turístico *Jardim do Imi-*



Solenidade de abertura

grante, ponto central da cidade, é referência regional. Reúne o Acervo Histórico Arquitetônico, com monumentos e museus ligados por uma passarela moderna

que proporciona uma harmoniosa mistura do passado com o contemporâneo.

Orgulho – Deputado que defende os interesses da região na Casa, o 1º vice-presidente Gilmar Knaesel (PPB) fez um breve relato da chegada dos imigrantes alemães e italianos a Timbó, descendentes de agricultores que, com muito trabalho,

desbravaram o Vale do Itajaí. Acompanhado do vice-prefeito, Dediergo Wolter Filho (PFL), o prefeito Waldir Ladehoff (PMDB) falou da pujança econômica do município baseado nas pequenas empresas, o compromisso social, fruto da parceria entre poder público e comunidade, e o incentivo ao esporte, que faz Timbó alcançar resultados expressivos nos Jogos Abertos.

Ao anunciar a presença do chefe do cerimonial da Assembléia do Rio Grande do Sul, o presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL), frisou que o *Projeto Retratos de SC* tem obtido sucesso graças ao talento e a perseverança do povo catarinense, servindo de exemplo e sendo citado num site italiano em decorrência da apresentação de Xanxerê no dia 4 de setembro de 2001.

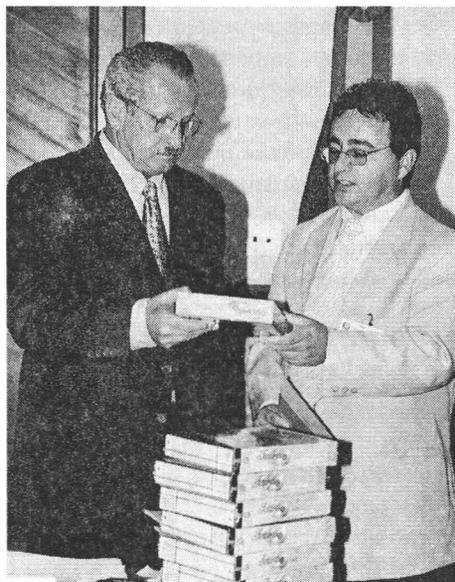
AL recebe exemplares do CD-Rom *Fortalezas Multimídia*

A Assembléia recebeu nessa terça-feira (19) 500 exemplares do CD-Rom *Fortalezas Multimídia*, realizado pela UFSC, Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu) e Projeto *Fortalezas Multimídia*. A entrega foi feita ao presidente Onofre Agostini (PFL) pelo arquiteto Roberto Toner, autor do trabalho.

O material possui conteúdo enciclopédico sobre aproximadamente 500 fortes históricos no país e no mundo, com temas relacionados à história de Santa Catarina e do Brasil, arquitetura, manifestações folclóricas e cultura açoriana, embarcações e armamentos, entre outros. São 146 seções temáticas contendo mais de 2 mil imagens, 3 mil páginas de textos e 23 vídeos.

O *Multimídia* conta com inovadores recursos de informática, como atualização permanente de conteúdos via Internet, vistas panorâmicas em 360 graus e passeios em realidade virtual. Alguns desses recursos são inéditos no Brasil e no exterior. “É uma obra de referência na área da cultura, da educação e do turismo, sem paralelo no mercado editorial brasileiro”.

A doação ao legislativo estadual é o reconhecimento da UFSC pelo apoio da



Deputado Onofre e Roberto Toner

Assembléia nesse projeto. Até o momento, declarou Toner, foram distribuídos gratuitamente mais de 5 mil exemplares do CD-ROM aos patrocinadores e para várias instituições culturais e educacionais do Estado e do país. O material encontra-se em sua segunda tiragem e quem desejar pode adquiri-lo em livrarias e através da Internet no site <http://www.fortalezasmultimidia.com.br/loja>.

Festa do Churrasco

Aconteceu na noite dessa quinta-feira (21) na Galeria de Arte da Assembléia o coquetel de lançamento da *9ª Festa Estadual do Churrasco*, promovida pelo município de Bom Retiro.

Este evento, já tradicional no planalto serrano, objetiva resgatar e divulgar as tradições culturais do município e será realizado nos dias 19, 20 e 21 de abril, junto à BR-282. Além da principal atração, que é o churrasco, a festa contará com shows musicais, torneio de laço, gincanada, exposição e feira de gado e vime, caminhada ecológica, apresentação de parapente, entre outras atrações.

COMISSÕES

Créditos para exportadoras de leite provocam polêmica na CPI

(foto Jonas Lemos Campos)

Os depoimentos dos diretores das indústrias Tirol, Mauro Dresch, e Walter Hoeschl Neto, da Lactoplasa, à CPI do Leite, provocaram polêmica sobre a política de créditos de ICMS sobre o produto vendido em embalagem Tetra Pack. O Sindicato das Indústrias do Leite de SC (Sindileite), do qual Hoeschl é vice-presidente, vai contratar esta semana consultoria específica para saber quais as consequências efetivas das mudanças na política de insumos, modificadas em agosto de 2001 e agora, por decreto, em janeiro deste ano.

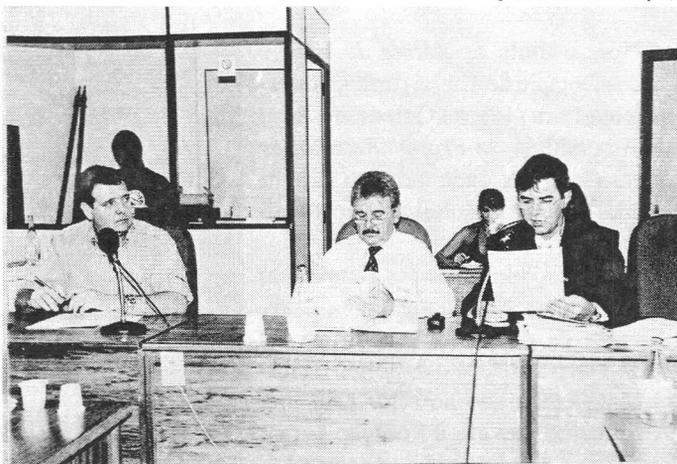
“Não tivemos prejuízos, mas os benefícios foram reduzidos o que significa que não houve qualquer benefício aos produtores”, disse Hoeschl. O presidente da CPI, deputado Moacir Sopelsa (PMDB), endossado pelos outros integrantes, vai solicitar esclarecimentos ao secretário adjunto da Fazenda, João Paulo Mosena. “Ele disse nesta CPI que a fórmula reduziria em R\$ 0,03 o ICMS para quem vendesse fora do Estado”, lembrou o deputado Gerson Sorgatto (PMDB). Para Dresch, a fórmula da Secretaria da Fazenda que, em resumo, aumentou o crédito sobre as embalagens Tetra Pack, do leite longa vida de 7% para 12% para empresas que comercializam seu produto fora do território catarinense, beneficia somente grandes indústrias como a Batávia e a Parmalat. A Batávia não pode compare-

cer e será convocada novamente.

Lucro - Ambos mostraram preocupação com o aceno do governo federal ao governo argentino de abrandar ainda mais as taxas para a entrada do produto do país vizinho no Brasil. “Eles têm uma produtividade maior, estão com o peso variando até US\$ 2,5, o que vai tornar o produto deles muito mais barato. A cadeia do leite no Brasil está se acabando”, alertaram os empresários.

Segundo Dresch, o total de leite em pó importado nos primeiros meses deste ano é maior do que o total que entrou no Brasil durante todo o ano de 2001. “A fiscalização federal deveria ser mais rigorosa”, salientou, referindo-se ao fato de que grandes empresas podem estar adquirindo o produto importado para rehidratá-lo. Ambos asseguraram que a indústria do leite não teria como definir o preço que vai pagar ao produtor no começo do mês, que em fevereiro foi de R\$ 0,29 o litro.

Outro dado apresentado na CPI é que enquanto as indústrias, em média, ven-



Mauro Dresch fala aos deputados

dem por R\$ 4 e R\$ 6, os queijos mussarela e prato, o consumidor está pagando até R\$ 12 pelo quilo do produto. “É uma vergonha o que acontece no país. Isso vem de muito tempo e com a competição aumentando, não podemos brigar com os supermercados”, afirmou Hoeschl.

Mudanças na CLT

Durante audiência pública realizada na manhã dessa terça-feira (19), atendendo requerimento da deputada Ideli Salvatti (PT), a Comissão de Trabalho da Assembléia recebeu representantes da CUT, federações dos trabalhadores na indústria e no comércio, dirigentes lojistas e vereadores. O objetivo inicial era uma ampla discussão sobre as mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, cujo projeto encontra-se no Senado, mas nenhum representante da classe patronal esteve presente.

Trabalhadores são unânimes em afirmar que a mudança na redação do artigo 618 da CLT vai retirar uma série de direitos conquistados pelos trabalhadores, entre eles férias, fundo de garantia por tempo de serviço, descanso semanal e licença maternidade.

Em reunião ordinária da comissão, foi votada a proposta deliberada na audiência, solicitando que os senadores votem contra o projeto. O documento sugere que as Câmaras de Vereadores de todo o Estado realizem audiências públicas com manifestação contrária ao projeto.

Instalada Comissão do Mercosul

Composta por 13 parlamentares, a Comissão do Mercosul foi instalada nessa terça-feira (19) quando o deputado Jorginho Mello (PSDB) foi reeleito presidente conforme acordo entre as bancadas. O peemedebista Ronaldo Benedet exercerá a vice-presidência. Durante a reunião foi apresentado um relato das ações da comissão no ano passado, no sentido de aproximar os parlamentos que compõem o Mercado Comum do Cone Sul para integrar ações beneficiando o bloco.

O destaque do ano de 2001 foi o grande encontro de representantes dos parlamentos no Chile, quando a Venezuela passou a integrar oficialmente a União dos Parlamentos do Mercosul. Durante

o evento os parlamentares catarinenses obtiveram, através dos seus pares chilenos, a redução dos entraves burocráticos em Valparaíso para o desembarque dos produtos levados por caminhões brasileiros, reduzido de três para um dia no máximo os procedimentos para sua liberação.

Mello apresenta no próximo encontro o roteiro dos trabalhos e compromissos para este ano. Integram a Comissão os deputados Volnei Morastoni (PT), Ivan Ranzolin (PPB), Milton Sander (PPB), Altair Guidi (PPB), Jaime Duarte (PPS), Odete de Jesus (PL), João Rosa (PTB), Jaime Mantelli (PDT), Heitor Sché (PFL), Julio Garcia (PFL) e Moacir Sopelsa (PMDB).

COMISSÕES

AL discute criação da SC Portos

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

As Comissões de Transportes, de Justiça e de Finanças realizaram nessa terça-feira (19) uma audiência pública para discussão do projeto de lei que prevê a criação da *Companhia de Portos de Santa Catarina - SC Portos*, que irá administrar e gerenciar de início o porto de São Francisco do Sul, podendo posteriormente os demais portos catarinenses se integrar ao projeto.

O diretor-geral da administração do porto, Marcelo Salles, defendeu a iniciativa ao ressaltar que, nos últimos tempos, o porto de São Francisco apresentou um aumento de 45% em suas atividades. Ele explica que por meio da SC Portos seria possível um aporte significativo de recursos do BNDES.

O diretor de Desenvolvimento da Fiesc, Henry Quaresma, explica que o porto não possui as condições ideais de escoamento da crescente produção da indústria, sendo necessária, sem demora, a



Henry Quaresma expõe sua opinião

reordenação da atividade portuária.

O presidente da Associação de Servidores Públicos do porto, Hilário Medeiros, acredita ser temerária a aprovação do projeto sem uma ampla discussão. “É o início da privatização do porto”. Outra questão levantada entre os empregados é a supressão no projeto do item que permitiria aos servidores estatutários a opção de tornarem-se empregados da SC Portos ou a redistribuição em outros órgãos esta-

duais.

O deputado Jaime Mantelli (PDT) diz que no modelo proposto a administração estará levando em conta apenas o resultado financeiro dos investimentos privados, negando-se qualquer compromisso com o balanço social. “O artigo 9º do projeto tem que ser invertido para que seja defendido o patrimônio e o interesse público”. O deputado Volnei Morastoni (PT) defende que o debate seja estendi-

do a todas categorias portuárias, além de propor à SC Portos uma gestão tri-partite (governo estadual/iniciativa privada/funcionários). Também foi sugerido pelo deputado Ivan Ranzolin (PPB) que os trabalhadores venham integrar o capital adquirindo ações da empresa. Para o líder do governo, deputado Joares Ponticelli (PPB), além de possibilitar maior poder de ação aos portos, será possível a elaboração de uma política de desenvolvimento do setor portuário.

Sindicato teme a privatização do Porto

(foto Carlos Kilian)

Na CPI dos Contratos, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), o presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador (Sintracasc), Álvaro Souza, acusou a Bunge – divisão Ceval Alimentos – de estar trabalhando para privatizar o porto de São Francisco do Sul. “A Bunge está interessada em abocanhar o terminal graneleiro do porto. Querem tirar nosso ganha-pão, querem tirar do governo”, protestou.

Na semana passada Luiz Alberto de Oliveira, do Sindicato das Operadoras, revelou que as 13 empresas que integram a associação haviam e decidido boicotar a convocação da Cidasc para a concorrência, em dezembro de 2001. A Inlogs teria “furado” o esquema. A declaração de Souza foi uma das bases para o voto contrário do próprio Duarte em excluir da CPI as investigações sobre o contrato da Cidasc e a Inlogs. “Precisamos saber se houve ampla divulgação do edital de concorrência, se houve favorecimento e algum tipo de pacto lesivo ao erário”.

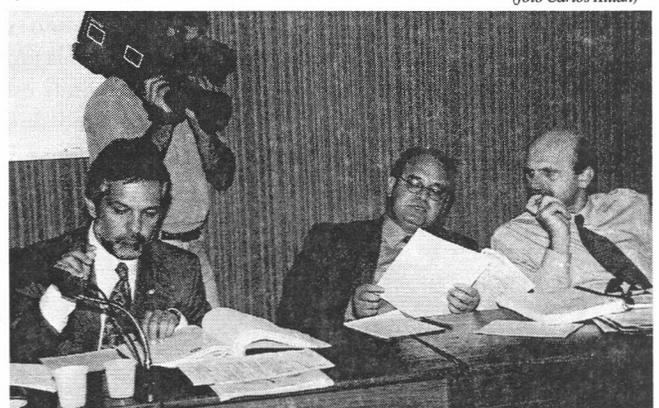
Por unanimidade, os parlamentares concluíram que a Cidasc foi “induzida” a

celebrar o convênio com a Inlogs, no valor de R\$ 10 milhões, por parecer emitido em outubro de 2001 pela Procuradoria Geral do Estado, a qual havia consultado. Parecer da mesma PGE em janeiro deste ano dizia o contrário, o que motivou o cancelamento do convênio por ordem do governador. A CPI pode ainda voltar a analisar o caso, mas a Cidasc foi liberada para dar seguimento ao processo de concorrência dentro dos parâmetros exigidos pela lei das licitações.

Obras da BR-282

Os técnicos do Tribunal de Contas relataram na CPI os motivos que levaram o órgão a sustar o edital 142/01, lançado pelo DER, que trata da terraplenagem, drenagem e pavimentação asfáltica do trecho Vargem-São José do Cerrito, na BR-282, num total de 53,92 km.

Edison Stieven afirmou que as restrições ao edital tratam de questões como a



Deputados Blasi, Duarte e Benedet

elevação de custos da obra, o descumprimento da lei quanto à remessa de licença ambiental e o fato de que a empresa deveria ser responsável pelo recolhimento de INSS, e não o DER.

Já o engenheiro Angelo Borato revelou que os aditamentos significaram aumentos de R\$ 10 milhões para R\$ 39 milhões, ou 290% de acréscimo, somente na à pavimentação asfáltica. Outro valor reajustado de forma significativa foi o preço estipulado por quilômetro, que pulou de R\$ 440 mil para R\$ 1,62 milhão.

PLENÁRIO

Certificado de Empresa Amiga da Criança

Aprovado projeto de lei do deputado Jaime Duarte (PPS) prevendo que as empresas catarinenses produtoras ou comercializadoras e prestadoras de serviço, que tenham atuação social em favor da criança e do adolescente, passam a receber o *Certificado Amiga da Criança*. Alguns itens serão observados para a concessão do certificado. A empresa não poderá empregar menores de 16 anos, exceto na condição de aprendizes e a partir de 14 anos.

Menores de 18 anos não poderão praticar atividade noturna e as empresas devem contribuir com 1% do imposto de renda devido para o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

“É um projeto de resgate social com o qual todos nós temos que estar comprometido”, comenta Duarte. As empresas poderão usar o certificado na promoção e publicidade de seus produtos e serviços, facilitando a sua comercialização.

Qualidade agrícola

Com a finalidade de possibilitar a atividade econômica permitindo a geração de riquezas sem o esgotamento dos mananciais, os deputados aprovaram Projeto de Lei nº 472/01, de autoria do deputado Nelson Goetten (PPB), que institui a certificação de *Qualidade Agrícola*, a ser atribuída aos empreendedores agropecuários que demonstrem o cumprimento da legislação

ambiental incidente no campo da atividade que desenvolvem. Trata-se de ação pública suplementar que visa ao incremento da política estadual de preservação dos recursos naturais, pelo engajamento do empreendedor agropecuário no esforço de manter o equilíbrio ambiental de sua propriedade e do meio onde está localizada a comunidade a que pertença.

Instituída Semana do Contestado

Aprovado projeto de lei do deputado Antônio Aguiar (PFL), que institui a *Semana do Contestado* como data comemorativa de 20 a 27 de outubro.

Nessa semana serão realizados, pela Assembléia, debates e conferências, além de comemorações cívicas e históricas na rede escolar pública e particular.

Segundo o parlamentar, é de suma importância que se estude com clareza histórica e sócio-política os problemas nascidos e propagados na área contestada entre Santa Catarina e Paraná.

Há também a necessidade de se analisar todos os documentos, inclusive os inéditos que foram escamoteados e ainda não suficientemente estudados, e que devem ser divulgados para a justa compreensão deste fato histórico em todas as suas implicações étnicas, sociais e políticas. Análise esta que a Semana do Contestado terá a oportunidade de aprofundar.

Dia do Fotógrafo

Projeto aprovado do deputado Adelor Vieira (PMDB), institui o Dia Estadual do Fotógrafo e da Fotografia, a ser comemorado em 19 de agosto. Sugere que o governo do Estado, através da Fundação Catarinense de Cultura em conjunto com a Associação Empresarial dos Fotógrafos Profissionais de Santa Catarina, poderá promover concursos, exposições e encontros voltados à participação da sociedade catarinense. O autor justificou a proposição como um “reconhecimento a categoria profissional que mais divulga as belezas de Santa Catarina”.

Capital Catarinense de Escultores e Esculturas em Madeira

Conhecida como pedacinho da Áustria no Brasil, Treze Tílias mantém algumas tradições trazidas pelos colonizadores austríacos, destacando-se a confecção de esculturas em madeiras. O comércio destas peças tornou-se um dos grandes atrativos do município, que exporta estes trabalhos

para outros estados e países.

Considerando a ligação de Treze Tílias com a atividade, foi aprovado projeto de lei do deputado Reno Caramori (PPB), que reconhece o município como *Capital Catarinense dos Escultores e Esculturas em Madeira*.

Capital do Vinho

O município de Pinheiro Preto passa a ser reconhecido como a Capital Catarinense do Vinho, graças ao projeto do deputado Cesar Souza (PFL).

Segundo ele, o município merece o título, visto que sua produção anual de vinhos é superior a sete milhões de litros, o que representa um substancial impulso em sua economia, propiciando postos de trabalho na agricultura, indústria, comércio e transporte.

Transferência de créditos acumulados do ICMS

Aprovado Projeto de Lei nº 366/01, de autoria do deputado Julio Garcia (PFL), que altera o art.31 da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS. Segundo a justificativa do autor, a matéria visa retirar do Secretário da Fazenda a prerrogativa exclusiva de autorização para a transferência de créditos acumulados. O projeto não propõe a exclusão do controle, pela autoridade fiscal, de transferência de crédito, apenas elimina uma burocracia desnecessária aos contribuintes.

Recolhimento de baterias em escolas públicas

Aprovado o projeto de lei do deputado Afrânio Boppré (PT) que dispõe sobre o recolhimento de pilhas e baterias de telefones celulares em escolas da rede pública estadual.

Segundo ele, o objetivo é criar uma ação prática na questão referente ao destino final destes equipamentos usados, já que possuem alto teor radioativo e exigem ação adequada por parte do poder público. “É importante ressaltar que as pilhas e baterias, quando não tratadas adequadamente, produzem nos cursos d’água e nos lençóis freáticos efeitos contaminantes em cadeia”, afirmou.

“Disponibilizando um espaço para a colocação desse material, todos estarão contribuindo para que os estudantes da rede pública tenham presente em suas vidas a questão da preservação do meio ambiente”, justifica.

Honraria – É de Boppré também o projeto de resolução que concede honraria ao cidadão catarinense Danilo de Souza Luiz, pelos relevantes serviços prestados ao desenvolvimento cultural em Santa Catarina.

Há 46 anos que Danilo de Souza Luiz, natural de Florianópolis, se dedica à música e ao saxofone, através da histórica banda musical *Amor e Arte*. Banda esta que resiste ao tempo, renovando seus músicos e mesclando novatos com a experiência dos mais antigos na arte musical há 105 anos.

Acesso a cursos pré-vestibular

Aprovado projeto de lei da deputada Odete de Jesus (PL) que autoriza a Secretaria da Educação a criar turmas gratuitas de pré-vestibular para alunos carentes que estudam na rede pública de ensino.

O projeto prevê que as aulas sejam dadas por professores da própria rede pública, em salas de aula que serão indicadas pela secretaria.

Para a parlamentar essa é uma maneira viável de permitir que os alunos de menor poder aquisitivo possam se preparar para um curso universitário. “Após a conclusão do ensino médio, os alunos de baixa renda têm dificuldades para continuar seus estudos e essa iniciativa permite que eles se preparem melhor na busca de uma vaga na universidade”.

Indenizações

As empresas de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros são agora obrigadas a imprimir, no verso dos bilhetes da passagem, todas as informações sobre a indenização a que tem direito a vítima de acidente, segundo projeto aprovado do deputado Lício Mauro da Silveira (PPB).

De acordo com a matéria, em nenhum espaço do bilhete é assegurado ao passageiro o direito a uma indenização em caso de acidente que ocasiona morte ou invalidez, além da assistência normal que é parte integrante desses momentos. “Há a necessidade de se deixar clara a descrição sucinta do seguro, esclarecendo valores para que a família possa reivindicar seus direitos em caso de acidente com as vítimas”.

Proposições

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador solicitando a designação de um delegado de polícia para Rio do Campo e ao DNER/SC a instalação de redutores de velocidade na BR-470, em Pouso Redondo, entre os kms 172 e 176.

Deputado Ronaldo Benedit (PMDB) ao governador solicitando informações sobre as obras da Via Expressa Sul, na Capital, relativas a valores contratuais, prazos, termos de aditamento, etc..

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao diretor de relações comerciais da Telesc, pedindo a instalação de telefones residenciais para atender 794 moradores da comunidade São Pascoal, em Irineópolis.

Deputado Julio Garcia (PFL) ao governador requerendo a liberação de recursos para a construção das obras do anel rodoviário de contorno ligando a SC-438 à SC-482, em Braço do Norte.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao prefeito e o presidente da Câmara de Vereadores de Bombinhas cumprimentando-os pela passagem dos 10 anos de emancipação político-administrativa do município.

Deputado José Paulo Serafim (PT) ao presidente da Telesc pedindo a viabilização de linhas telefônicas para as localidades de Rio Branco e Barro Branco, em Guarimirim.

Deputado Altair Guidi (PPB) ao diretor do DNER/SC solicitando melhorias na sinalização e na iluminação do acesso a Criciúma, no cruzamento da BR-101 com a SC-444.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao governador e ao secretário dos Transportes pedindo a construção do trevo do acesso da SC-468 para Formosa do Sul.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao governador indagando quantas linhas de ônibus intermunicipais foram criadas de 1999 a 2002; quais as empresas concessionárias das mesmas e solicita o fornecimento dos processos para as concessões.

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ao governador e ao secretário da Administração solicitando um veículo para o Conselho Tutelar de Balneário Barra do Sul.

Deputada Ideli Salvatti (PT) ao presidente da Tim Telesc Celular solicitando a implantação de uma estação de rádio base de telefonia celular em Presidente Getúlio.

Deputado João Rosa (PTB) ao governador e à secretária da Educação solicitando a divulgação nas escolas dos hinos Nacional, do Estado de Santa Catarina e, dos respectivos municípios.

Informação de produtos à venda

Aprovada a obrigatoriedade de informação ao consumidor sobre qualquer alteração na quantidade de produtos expostos à venda. O projeto é do deputado Jorginho Mello (PSDB) e visa coibir a prática desleal de mudanças do tamanho e peso dos produtos, visto que os consumidores continuam pagando o mesmo valor por uma quantidade menor de produto, sem ter, ao menos, sido alertado a respeito.

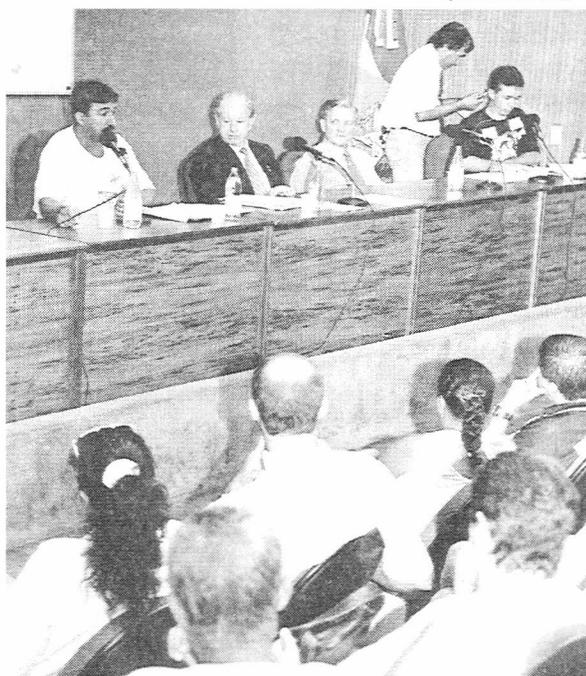
Os comerciantes ficam obrigados a afixar cartazes nos produtos, cuja embalagem venha a sofrer qualquer alteração em sua quantidade, peso ou volume, especificando de forma ostensiva a quantidade anterior e a quantidade atual, por um período mínimo de 120 dias. Os fabricantes e os importadores dos produtos com quantidade alterada serão obrigados a comunicar ao Procon Estadual sobre as alterações efetivadas, antes do lançamento no mercado.

GERAL

Deputados tentam acordo com classe patronal

O Plenarinho esteve lotado na manhã dessa quarta-feira (20) com a presença de trabalhadores das empresas de vigilância e de asseio e limpeza, em greve a partir de hoje. Eles participaram de uma audiência pública da Comissão de Trabalho, que além do presidente, deputado Jaime Mantelli (PDT), contou também com a presença do deputado Ivo Konell (PMDB), de representantes da Comissão de Trabalho da Câmara de Vereadores da Capital e de sindicalistas. A expectativa era de que os empregadores dessas duas categorias comparecessem, mas para a frustração dos grevistas isso não aconteceu.

Os trabalhadores afirmaram que não foi possível o acordo com os patrões, que não concordam com as reivindicações apresentadas. Eles pedem aumento de salário na ordem de 10%; re-



(foto Solon Soares)

Parlamentares e sindicalistas

posição salarial de 9,77%; vale-alimentação de R\$ 4,50 por dia e manutenção da convenção coletiva de trabalho. Os empregadores, segundo os grevistas, concordam com o aumento de 10%, mas querem a retirada da convenção coletiva, da estabilidade de empregados acidentados e do local onde são preparadas as refeições. As duas categorias, segundo dados apresentados, recebem atualmente o segundo menor salário pago no país.

Os parlamentares prometeram continuar empenhados na tentativa de um acordo, por considerarem justas as reivindicações, e irão solicitar novamente a presença dos empregadores em nova reunião da Comissão de Trabalho.

Debate sobre problemática indígena

Por iniciativa do deputado Afrânio Boppré (PT) a AL promove na próxima semana um debate com a presença de representantes de várias tribos de Santa Catarina e do Conselho Indigenista Missionário. Segundo Boppré, o encontro é uma oportunidade para o Legislativo refletir sobre a problemática indígena e trabalhar para que o Estado possa se redimir dos erros cometidos.

O debate tem relação direta com o tema da Campanha da Fraternidade deste ano: *Terra sem males*. Afrânio mencionou a elaboração de uma emenda constitucional responsabilizando o governo a indenizar os agricultores que adquiriram terras dos índios.

Agenda

Dia 25, às 9h30min. – Audiência pública da Comissão de Saúde para apresentação pelo Secretário da Saúde do relatório trimestral do SUS, bem como debater o problema da dengue no Estado

Local: Plenário

Dia 25, às 14h – Sessão especial para discutir a campanha da fraternidade 2002, com o tema *Fraternidade e os Povos Indígenas*

Local: Plenário

Dia 25, às 15h – Reunião da CPI dos Contratos com depoimento dos engenheiros Edgar Roman, diretor-geral do DER, Itamar Flávia e Prudêncio Valentin Wust.

Local: Sala das Comissões

Dia 25, às 19h – Retratos de SC – Capivari de Baixo

Local: Hall da Alesc

Dia 26, às 17h – Reunião da CPI do Roubo de Cargas e Veículos para apresentação do cronograma de trabalho

Local: Sala das Comissões

Dia 27, às 17h – Reunião administrativa da CPI dos Contratos

Local: Sala das Comissões

Dia 27, às 19h – Lançamento da Festa da Maçã – 27/4 a 5/5 em São Joaquim

Local: Hall da Alesc

Adelor profere palestra no México

Atuação do Poder Legislativo

O deputado Adelor Vieira (PMDB) viajou para a região de Toluca, no México, onde participa até este sábado do 1º Congresso Internacional de Institutos de Estudos Legislativos e Parlamentares. Adelor foi o único deputado brasileiro convidado para proferir palestra e debater a importância do Poder Legislativo e as experiências nacionais. Ele terá a companhia de parlamentares do Chile, Estados Unidos, Canadá, Peru e França.

Durante a palestra, Adelor pretende abordar temas das últimas experiências do legislativo brasileiro, como o processo de impeachment do ex-presidente Collor, a elaboração da Lei de Responsabilidade Fiscal, a promulgação da Constituição de 1988 e a depuração de alguns deputados e senadores por falta de decoro parlamentar. “Quero fazer um breve histórico sobre esses episódios, pois ainda estamos desenvolvendo uma autonomia do poder. O Legislativo ainda possui algumas pendências como a discussão mais intensa em relação ao meio ambiente e a reforma política”.